

ARTIGO

Recebido em:
06/04/2012

Aceito em:
24/10/2012

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. 35, p.121-144, set./dez., 2012. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2012v17n35p121

Políticas públicas de acesso à informação científica: Portal de Periódicos da Capes

*Public policies for access to scientific information: Periodicals
Portal of Capes*

Jaciane Freire SANTANA¹
Joana Coeli Ribeiro GARCIA²
Lorena TELES³
Niliane AGUIAR⁴

RESUMO

Focaliza as políticas de C&T no Brasil, ressaltando o papel desempenhado pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Por meio de um estudo exploratório/bibliográfico, apresenta-se o histórico e a evolução das atividades exercidas pelo Portal. O texto revisita os conceitos de políticas públicas de acesso à informação no Brasil, com ênfase para o Portal da Capes, por ser considerada uma iniciativa de política pública de acesso a informação em C&T no Brasil, objetivando apresentar dados de acesso em termos de Brasil, Paraíba, Pernambuco e Nordeste. Conclui que deve existir um intenso e ininterrupto trabalho para modernização da plataforma, por meio do acréscimo de conteúdos, mas também da consonância com os requisitos de usabilidade e acessibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas de ICT. Portal de Periódicos Capes. Informação Científica e Tecnológica - Brasil

ABSTRACT

Focuses on S&T policies in Brazil, highlighting the role of the Periodical Portal Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Through an exploratory study / literature review, presents the history and evolution of the activities performed by the Portal.

¹ Universidade Federal de Pernambuco - jacifreire@gmail.com

² Universidade Federal da Paraíba - Universidade Federal de Pernambuco - nacoeli@gmail.com

³ Universidade Federal de Pernambuco - teles.lorena@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pernambuco - nilianeaguilar@yahoo.com.br

The paper reviews the concepts of public policies on access to information in Brazil, with emphasis on the Portal of Capes, being considered the greatest public policy initiative of access to information on S & T in Brazil, aiming to provide data access in terms of Brazil, Paraíba, Pernambuco and the Northeast. We conclude that there must be an intense and continuous work to modernize the platform through the addition of content, but also the line with the requirements of usability and accessibility.

KEY-WORDS: Public policy of Scientific and Technological Information. Periodicals Portal of Capes. Scientific and Technological Information - Brazil

1 INTRODUÇÃO

A informação científica e tecnológica (ICT) é essencial para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação, mas para que isto se concretize a existência do ciclo informacional é importante, em outras palavras, é necessário que haja produção, comunicação e uso efetivo dessa informação (LE COADIC, 1996). Por esse motivo, a ICT que nem sempre integrou a agenda política, e foi esquecida durante anos, ganha destaque na Sociedade da Informação, e neste sentido, a existência de políticas públicas de fomento à ICT tornam-se imprescindíveis, pois podem promover a divulgação científica e o acesso democrático ao conhecimento produzido. Assim fatores que promovem a interação dos usuários com as informações disponíveis, tais como acessibilidade e usabilidade necessitam ser analisados na perspectiva das políticas públicas.

Entendendo a usabilidade como a capacidade de um produto ser usado por usuários para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação, em um contexto específico de uso, conforme Dias, (2003) e a acessibilidade como a possibilidade de pessoas com diferentes tipos de limitação perceber, entender, navegar, interagir e contribuir com os recursos disponíveis (Santana; Almeida; Baranauskas, 2008), considera-se que os portais que disponibilizam informações científicas necessitam de estratégias de ação nestes quesitos.

Diante desta realidade, este artigo revisita os conceitos de políticas públicas de acesso à informação no Brasil, com ênfase para o Portal de

Periódicos da Capes, por ser considerada uma das maiores iniciativas de política pública de acesso à informação em C&T no Brasil.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória na medida em que através do levantamento bibliográfico permite o aprimoramento de idéias e análise em profundidade das informações coletadas (GIL, 2008). Para melhor entender o papel das políticas públicas de acesso à informação científica, e de modo específico o desempenho do Portal de Periódicos da Capes, mister se faz esclarecer o conceito de políticas públicas e analisar o acesso ao referido Portal, focalizando dois estados da Região Nordeste.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A área de políticas públicas contou com quatro fundadores: Laswell (1936), que introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz); Simon (1957) que definiu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*); Lindblom (1959; 1979) por questionar a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propor a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. E por fim, Easton (1965), por sua contribuição para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e ambiente (SOUZA, 2006). No entanto, o que realmente importa em relação às definições de políticas públicas, é a orientação para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos.

Para Frey (2000), a ciência política possui três abordagens de acordo com os problemas de investigação selecionados. Em primeiro lugar, existe o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal, e seu papel no Estado (*polity*); em segundo lugar, está o questionamento político, propriamente dito, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório (*politics*). E, por fim, existem

investigações voltadas para os resultados que um dado sistema político produz. Nesse caso, o interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que as estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos (*policy*).

É nessa última abordagem que se encontram as análises de políticas públicas, inclusive adotadas neste texto, mas

o interesse da análise de políticas públicas não se restringe meramente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais. Visando à explanação das leis e princípios próprios das políticas específicas, a abordagem da 'policy analysis' pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política com o arcabouço dos questionamentos tradicionais da ciência política. (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987, *apud* FREY, 2000, p.214).

De acordo com Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, mas dentre as diversas definições, corroboramos com o pensamento de Secchi (2010, p.1), para quem, “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”.

Gobert e Muller (1987 *apud* HOFLING, 2001) entendem as políticas públicas como o “Estado em ação”, ou seja, é a implantação de um projeto de governo pelo Estado, por meio de ações estratégicas voltadas para setores específicos da sociedade.

Enquanto Marin Filho (2005) considera como definição de política pública a expressão da postura do poder público em face dos problemas e dos diferentes atores que compõem o cenário e sua intenção de dar respostas afeiçãoadas ao papel do Estado na sua relação com a sociedade. Essa é uma proposição próxima de Secchi (2010).

Dito de outra maneira, as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (SEBRAE, 2008), ou seja, solucionar questões que a incomodam.

Outras definições são citadas por Souza (2006): a de Mead (1995) que define política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas; Lynn (1980), que a entende como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) para quem é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos e; Dye (1984) que sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. São definições em que aparecem como ator principal ações ou atividades do governo ou do estado, com as quais há autores que não concordam e os citamos a seguir.

No entanto, Silva (2004, p.103) adverte que “a utilização da expressão política pública é redundante, verdadeiro pleonasma.” Sendo utilizada principalmente pelo desejo de agregar um fim social às atividades identificadas na Constituição Federal, como meta a ser atingida pelos grupos de competências outorgadas, na qualificação de pública. E podemos acrescentar ainda, conforme Secchi (2010) que “qualquer definição de política pública é arbitrária”, inexistindo consenso quanto à definição de política pública.

Nesta perspectiva, para Fernandes (2007) a compreensão do significado das políticas públicas deve corresponder a um duplo esforço: de um lado entender a dimensão técnico-administrativa que compõe as políticas, verificando a eficiência e o resultado prático para a sociedade; e de outro lado reconhecer que toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais.

Não compreender tais questões, pode prejudicar o desenvolvimento das políticas públicas. Como se vê, no Brasil, explica Cristóvam (2010), em cada eleição, principalmente quando ocorre alternância de partidos, grande parte das políticas públicas fomentadas pela gestão que deixa o poder é abandonada pela gestão que assume. São eventos que demonstram imaturidade política de grande parte da sociedade que não conhece com exatidão deveres e direitos.

Ressalte-se que de acordo com Tude (2010) o conceito de políticas públicas tem mudado ao longo do tempo, sobretudo na Ciência Política, o que torna necessário estudo de políticas públicas, por diversos motivos, dentre os quais o autor destaca três razões principais: as razões científicas, pela necessidade de prever os impactos da ação do Estado sobre a sociedade; as razões profissionais, devido à utilização das políticas públicas para tomar decisões em empresas e corporações comerciais e industriais; e por fim as razões políticas, visto que há uma necessidade de fomentar a conscientização da sociedade sobre a interferência do Estado na vida social.

Portanto, entender os conceitos de política pública, conforme explica Silva (2004), favorece a apreensão do problema para o qual a mesma foi desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória a ser seguida e principalmente o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que certamente serão afetados por ela.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

No Brasil, as políticas públicas de C&T se iniciaram tardiamente. Apenas na década de 1950, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o órgão que fomentaria o desenvolvimento científico e tecnológico no país, o então Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) considerado o primeiro projeto de política científica no Brasil (LOPES, 1997). Atualmente o CNPq é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) destinada não só a fomentar a pesquisa científica e tecnológica como a formação de recursos humanos de excelência para a pesquisa no país.

Ainda na década de 1950 temos a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que teve inicialmente a função de “promover a criação e o desenvolvimento de serviços especializados de bibliografia e documentação, no âmbito nacional e internacional” (SCHWARZELMÜLLER; GESTEIRA; BULCÃO, 2005, p.4). Atualmente o IBICT apresenta em sua missão

promover o desenvolvimento de recursos e a infra-estrutura de informação em C&T para produção e socialização do conhecimento.

Complementando a estrutura brasileira de C&T, cria-se a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Decreto nº 24.741, de 1951, com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país⁵.

Nesse período, a política do governo federal estava fundamentada nos princípios desenvolvimentistas e buscava o fortalecimento das indústrias de base (siderúrgica, petroquímica, energética e transportes). A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas, pesquisadores qualificados nos diversos ramos de atividade, tais como física, matemática e química, técnicos em finanças e pesquisadores sociais.

Em 1953 o primeiro programa foi implantado, o Programa Universitário, direcionado às universidades e institutos de ensino superior, tendo como pressuposto a disseminação do conhecimento por meio de grupos de professores assistentes que se reuniam em torno dos seniores. Também fizeram parte das ações da campanha nesse ano a contratação de professores visitantes estrangeiros, o incentivo às atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, o apoio a eventos de natureza científica e ainda a concessão de bolsas de estudos.

Em relação às bolsas de estudos, nesse mesmo ano foram concedidas 79 bolsas: 2 para formação no país, 23 de aperfeiçoamento no país e 54 no exterior. Em 1954 o número praticamente dobrou, foram 155: 32 para formação, 51 de aperfeiçoamento e 72 no exterior.

O ano de 1965 foi de grande importância para a pós-graduação brasileira, é considerado um marco. Foram classificados 27 cursos em nível de mestrado e 11 de doutorado, totalizando 38 no país.

⁵ Informações disponíveis no *site* <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>.

A partir de 1966, o governo começou a apresentar planos de desenvolvimento. Para a área educacional foram propostas a reforma universitária, a reforma do ensino fundamental e a consolidação do regulamento da pós-graduação. Destaque para o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) onde foram desenvolvidos dois planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico e o primeiro plano nacional de pós-graduação.

No processo de reformulação das políticas setoriais, com destaque para a política de ensino superior e a de ciência e tecnologia, a Capes ganhou novas atribuições e alento orçamentário para multiplicar suas ações e intervir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras. Com isso, teve papel de destaque na formulação da nova política para a pós-graduação, que se expandiu rapidamente.

Em julho de 1974, a estrutura da Capes foi alterada pelo Decreto nº 74.299 e seu estatuto passou a ser "órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira". O regimento estimulou colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) em termos da política nacional de pós-graduação, promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, gestão da aplicação financeira, orçamentária e de fontes nacionais e estrangeiras, análise e compatibilidade das normas do Conselho Nacional de Pós-Graduação.

Em 1981 a Capes foi reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, pelo Decreto nº 86.791. Foi reconhecida também como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Essa tarefa de coordenar e avaliar a pós-graduação fortaleceu o papel da Capes. O Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, aprofundou sua relação com a comunidade científica e acadêmica.

De 1982 a 1989, a Capes viveu um período de estabilidade. A continuidade administrativa tornou-se uma marca da instituição, destacando-se na formulação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Pós-Graduação. Durante este período foram elaborados o 2º e o 3º Plano Nacional de

Pós-Graduação, considerados “referências fundamentais para a institucionalização da pós-graduação nas universidades brasileiras” (ALMEIDA, 2006, p. 82).

Em 15 de março de 1990, no início do governo de Fernando Collor, através da Medida Provisória nº 150 a Capes foi extinta, desencadeando intensa mobilização. As pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades mobilizaram a opinião acadêmica e científica que, com o apoio do Ministério da Educação, conseguiram reverter a medida, e em 12 de abril do mesmo ano a Capes foi recriada pela Lei nº 8.028.

Em janeiro de 1992 a Lei nº 8.405, autorizou o poder público a instituir a Capes como Fundação Pública, o que confere vigor à instituição. A Fundação amplia suas linhas de ação por meio dos seguintes programas: a) avaliação da pós-graduação *Stricto Sensu*; b) acesso e divulgação da produção científica; c) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; d) promoção da cooperação científica internacional; e) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

3.1 O Portal de Periódicos da Capes

Em termos de acesso e divulgação da produção científica, a Capes cria o Portal de Periódicos, iniciativa pioneira que permitiu o acesso democrático à publicações científicas e tecnológicas do mundo. Por meio eletrônico disponibiliza, para instituições federais e estaduais de ensino superior e unidades privadas com ensino de excelência em pós-graduação, acesso compartilhado a títulos de periódicos, bases de dados de textos completos, resumos ou referências, além de patentes, estatísticas, normas técnicas e livros. Constitui-se, portanto o Portal de Periódicos da Capes, uma grande biblioteca digital, fonte de pesquisas para a comunidade científica, que o acolheu euforicamente (MEIRELLES; MACHADO, 2007, p. 56).

A citada biblioteca digital tem como missão promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação nacionais através da democratização de acesso online a informação científica e tecnológica de alto-nível. Assim a Capes

desenvolve ações por meio do Portal para atender os objetivos de: a) promover o acesso ilimitado ao seu conteúdo aos usuários e o compartilhamento das pesquisas brasileiras no nível nacional e internacional; b) capacitar o público usuário, sejam eles professores, pesquisadores, alunos e funcionários, na utilização do acervo para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; c) desenvolver e ampliar o conteúdo do Portal pela aquisição de novos títulos, bases de dados e outros tipos de documentos, visando os interesses da comunidade acadêmica brasileira; d) ampliar o número de instituições usuárias do Portal de Periódicos, segundo os critérios de excelência acadêmica e de pesquisa definidos pela Capes e pelo Ministério da Educação (CAPES, 2011).

O número de publicações científicas cresceu exponencialmente principalmente no período pós-guerra. A partir das tecnologias de informação e comunicação o número seguiu sua progressão, expandiu-se a ponto de culminar na impossibilidade das grandes bibliotecas universitárias dos países desenvolvidos não suportarem arcar com os custos para manutenção da coleção de periódicos. Gastava-se cada vez mais e se adquiria cada vez menos títulos. Isso em bibliotecas de países desenvolvidos. Em países emergentes, como o Brasil, a situação era pior, segundo Soares (2004), porquanto determinados cursos de pós-graduação foram inviabilizados por não dispor de bibliografia, tendo em vista o elevado custo financeiro e a falta de recursos para manutenção das coleções nas instituições.

Um país com extensões continentais como o Brasil com níveis diferentes de desenvolvimento, apenas as regiões mais desenvolvidas tinham condições para desenvolver suas coleções. Outro ponto digno de atenção é que a comunidade científica baseava-se amplamente, na publicação impressa, apresentando recusa e desinteresse pelo suporte eletrônico (ainda em condições incipientes) o que gerava a duplicação de recursos para manter todas as unidades de pesquisa com acesso aos periódicos.

A Capes como órgão de fomento sempre esteve preocupada com a qualidade dos acervos de periódicos das universidades, e executou programas de incentivo à assinatura de revistas científicas no âmbito das bibliotecas universitárias. Entre os anos de 1987 e 1991, por exemplo, a renovação das

assinaturas de periódicos era realizada pelas instituições federais de ensino com recursos do Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias (PAP). No entanto, o PAP foi suspenso em 1991 e a partir daí as instituições deveriam se sustentar, permanecendo assim até 1995 (ODDONE; MEIRELLES, 2006). Com recursos próprios, a renovação total de assinaturas ficou aquém das expectativas devido à insuficiência de verbas. Na verdade, os recursos despendidos pelo Governo Federal na renovação das assinaturas de periódicos foram dramaticamente reduzidos ao longo dos anos, impedindo a manutenção de títulos correntes e a assinatura de títulos novos.

O apoio da Capes às universidades para manter uma coleção digna de periódicos, conduz a criação do PAAP – Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos, com o objetivo de garantir as assinaturas para as bibliotecas universitárias como também restabelecer a coleção complementando com os números faltosos. No entanto, o montante da verba inicial foi-se reduzindo ao longo dos anos à ineficiente metade do valor inicial (ODDONE; MEIRELLES, 2006).

Para novamente reverter o quadro em 1999, diversas instituições paulistas reuniram-se e articularam um consórcio de periódicos eletrônicos PROBE – Programa de Biblioteca Eletrônica. No primeiro ano de operação mais de trinta instituições paulistas aderiram ao consórcio. O que leva ao entendimento do porque o PROBE transformou-se em uma bem-sucedida iniciativa de cooperação e compartilhamento de recursos de informação científica, em São Paulo (ODDONE; MEIRELLES, 2006).

A partir deste modelo e aproveitando-se da infraestrutura da PROBE, surge o Portal de Periódicos da CAPES, idealizado para solucionar pelo menos em parte os seguintes problemas: a democratização da informação entre todas as regiões, o controle dos custos de manutenção da informação, uma coleção bibliográfica de todas as áreas do conhecimento, atualizada e equiparada a dos países desenvolvidos. Este foi oficialmente lançado em 11 de novembro de 2000, época em que começavam a serem criadas as bibliotecas virtuais. Com o Portal de Periódicos, a Capes passou a centralizar e otimizar a aquisição desse tipo de publicação, por negociação direta com editores internacionais.

A biblioteca virtual do portal possui acervo de cerca de 21.000 títulos com texto completo, 126 bases referenciais, seis bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. A expectativa é de que esse quantitativo cresça ainda mais, porquanto a compra unificada e direta com os fornecedores, no caso, editoras comerciais, possibilita barganha por menores preços e mais conteúdo para o Portal.

Em 2009 foi disponibilizada para as instituições usuárias do Portal a base *Journal Citation Reports* (JCR), ferramenta que calcula o número de citações atribuídas pela comunidade acadêmica a artigos e periódicos e atribui o fator de impacto de uma revista científica. Este acessório é importante uma vez que o pesquisador pode acompanhar a aceitação de trabalho seu publicado e personalizar, limitando a pesquisa as obras comprovadamente de maior impacto.

Uma nova interface do Portal foi implantada em 2010, possibilitando realizar a pesquisa em várias bases de dados distintas, abrangendo todas as áreas do conhecimento o que permite ao pesquisador um leque mais amplo dos resultados e de integração com outras áreas que não sua especialidade, mas que a interdisciplinaridade possibilite.

3.2 O Portal em números

A consolidação do Portal como um dos mais importantes instrumentos existentes no Brasil para a sistematização e divulgação da produção científica de acordo com Almeida (2006) é uma conquista que se deve ao intenso e contínuo trabalho desenvolvido desde sua criação e disponibilização a comunidade científica. Estudos e análises deram conta de solucionar as questões que o afetaram nos primeiros anos como: aprimoramento do uso; critérios para a entrada, manutenção e supressão de títulos; custo do investimento e possível extinção (ALMEIDA, 2006).

Doze anos após a sua implantação o Portal de Periódicos da Capes apresenta números que demonstram evolução e expansão. Indicadores como a quantidade de títulos de periódicos e bases referenciais, número de acessos e de

instituições participantes, e dos investimentos feitos confirmam o crescimento. Do acervo inicial de 1.419 títulos e 9 bases referenciais em novembro de 2000, passou para 1.882 periódicos e 13 bases no ano seguinte, chegando em julho de 2010 com uma coleção de 24.038 títulos com texto completo e 130 bases referenciais (Gráficos 1 e 2). Crescimento expressivo do conteúdo disponível, significando aumento na ordem de 1000% do acervo de títulos e de 900% do número de bases referenciais (OLIVEIRA FILHO, 2010).

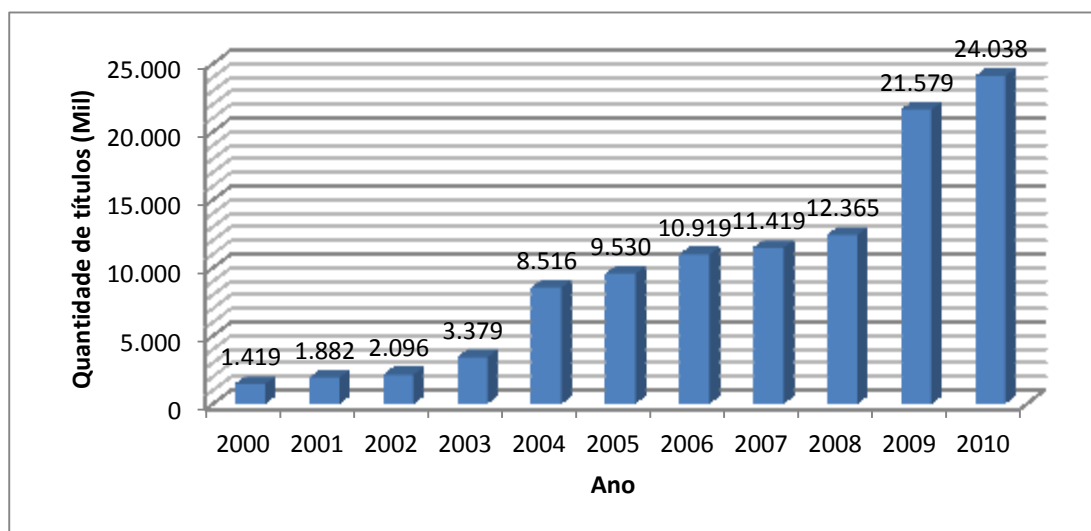


Gráfico 1- Evolução do número de títulos com texto completo, 2000 a julho de 2010

FONTE: CGPP/CAPES.

Convém lembrar que o acervo do Portal é composto também de outros materiais como livros, patentes, normas técnicas, estatísticas, teses e dissertações, obras de referência, arquivos abertos e redes de e-prints que foram adicionados seguindo metas de ampliação e diversificação de conteúdo.

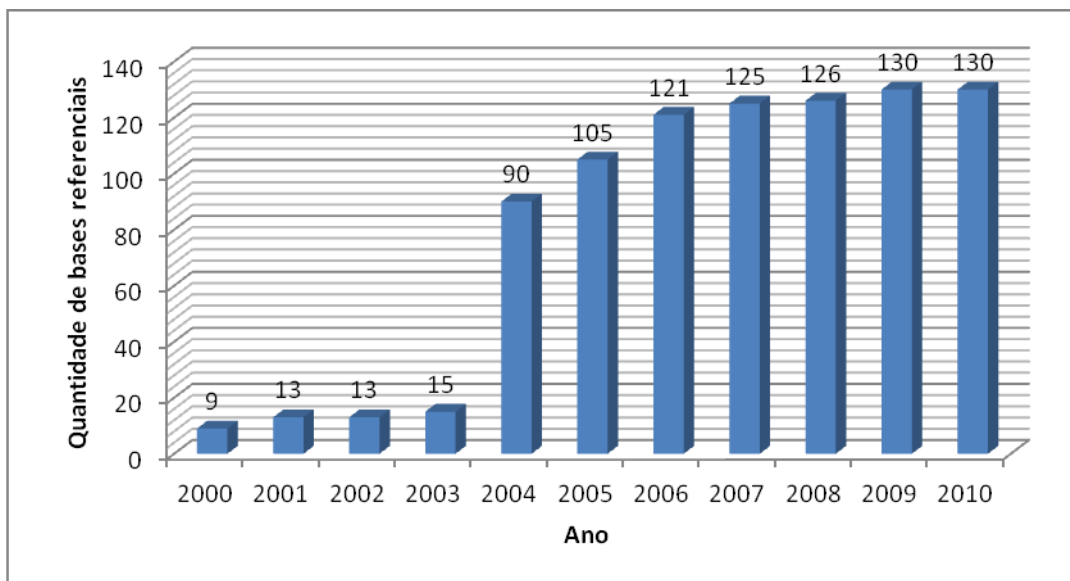


Gráfico 2 - Evolução do número de bases referenciais, 2000 a julho de 2010

FONTE: CGPP/CAPES

Em relação ao número de acessos do Portal, em 2001 foram pouco mais de três milhões chegando aos 76 milhões em 2011. Inicialmente os textos completos eram mais acessados que as bases referenciais, o que, a partir de 2002 começa a se modificar. A mudança se deve ao fato desses tipos de bases serem importantes “para a identificação inicial ou continuada de material relevante para os projetos de pesquisa”, também afirma que “em consórcios bem estabelecidos, estima-se que o número de consultas às bases referenciais deve ser aproximadamente três vezes maior do que o de textos completos baixados” conforme aponta Almeida (2006, p. 124).

Esse crescimento pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo aumento no número de instituições participantes que por sua vez têm efeito direto nos resultados da avaliação trienal dos programas de pós-graduação realizada pela Capes. Novas instituições se qualificam e passam a preencher os requisitos para ter acesso ao Portal de Periódicos.

Atualmente, o portal tem 311 instituições participantes, sendo 40 o número das que não possuem acesso gratuito. Segundo informações dadas pela Coordenação Geral do Portal de Periódicos (CGPP) até agosto de 2010 já haviam sido investidos no Portal US\$ 61 milhões, o triplo dos recursos que eram disponibilizados para o Programa de Aquisição de Periódicos em 1996, ano em

que a Capes passou a ser a única agência responsável pelo programa. Entre os anos de 1996 e 2004 o investimento anual feito pela Capes na aquisição de periódicos, em papel ou em formato eletrônico, se manteve na média de US\$ 20 milhões, com exceção de 1999 e 2000, anos em que a instituição passou por uma grande crise financeira causada pela redução orçamentária e pela desvalorização cambial do real. Em 2001 volta novamente ao patamar dos US\$ 20 milhões com um acréscimo correspondente ao investimento feito em equipamentos de informática destinados as bibliotecas centrais das instituições participantes para que pudessem criar laboratórios de acesso ao Portal (CAPES, 2011).

Para Almeida (2006, p. 239) o aumento nos recursos investidos anualmente significa aparentemente elevação nos custos, no entanto o volume de recursos teria que ser muito maior para que a Capes dotasse todas as instituições com o mesmo acervo de periódicos.

3.3 Os números do Portal no Nordeste

Os Estados do Nordeste brasileiro têm, ao longo dos anos, ocupado relativo destaque no que se refere às estatísticas nacionais de acesso ao Portal. A região contabilizou no ano de 2011 um total de 7.687.974 acessos, número representativo, mas, ainda pouco expressivo se comparado com os Estados do sudeste e sul, notadamente com São Paulo que ocupa a primeira posição no ranking nacional com 25.303.806 acessos computados no decorrer do ano de 2011. Isto é, um pouco mais que 10%.

Os números referem-se aos totais de acesso ao Portal, não sendo considerados neste estudo aqueles relativos às bases de dados referenciais e bases de dados de texto completo. Como pode ser visto no Gráfico 3, o Estado de Pernambuco ocupa o primeiro lugar em números de acessos na região Nordeste e oitavo lugar no ranking nacional, com 1.858.670 o que demonstra grande utilização do Portal no Estado. Estas posições têm-se mantido constantes, com exceção de 2001, em que ocupa respectivamente o sétimo e o primeiro lugar e 2004 que nacionalmente ficou em oitavo e na Região em primeiro lugar.

Seguidamente vêm os Estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Piauí e Maranhão respectivamente.

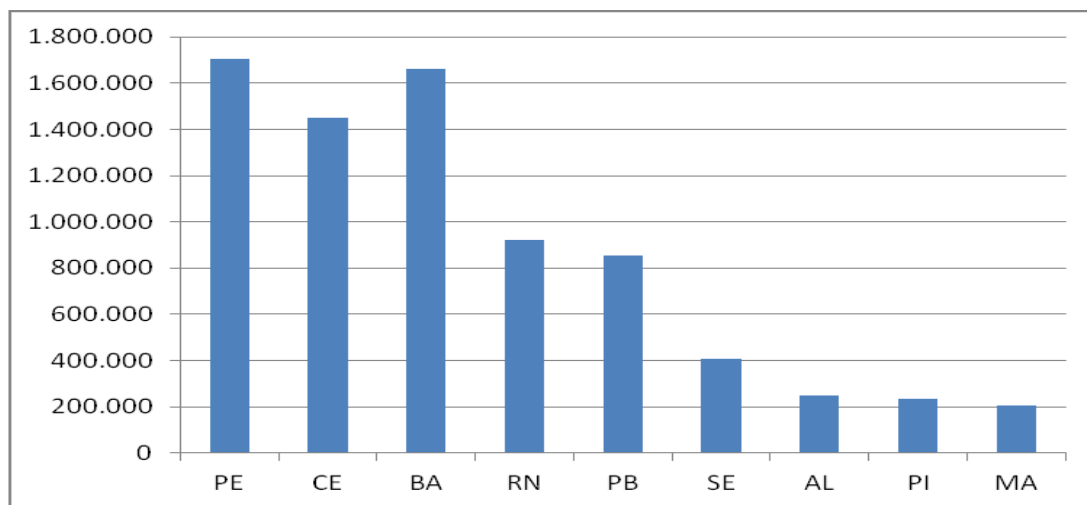


Gráfico 3 - Acessos ao Portal de Periódicos no Brasil por Estado do Nordeste | Filtro Ano: 2011

FONTE: GEOCAPES

Inicialmente, apenas três instituições eram credenciadas para utilização do portal em Pernambuco, sendo elas: a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade de Pernambuco (FESP/UPE). Hoje, são onze as instituições que utilizam o Portal no Estado. No Gráfico 4 são apresentadas todas as instituições e respectivos acessos no ano de 2010.

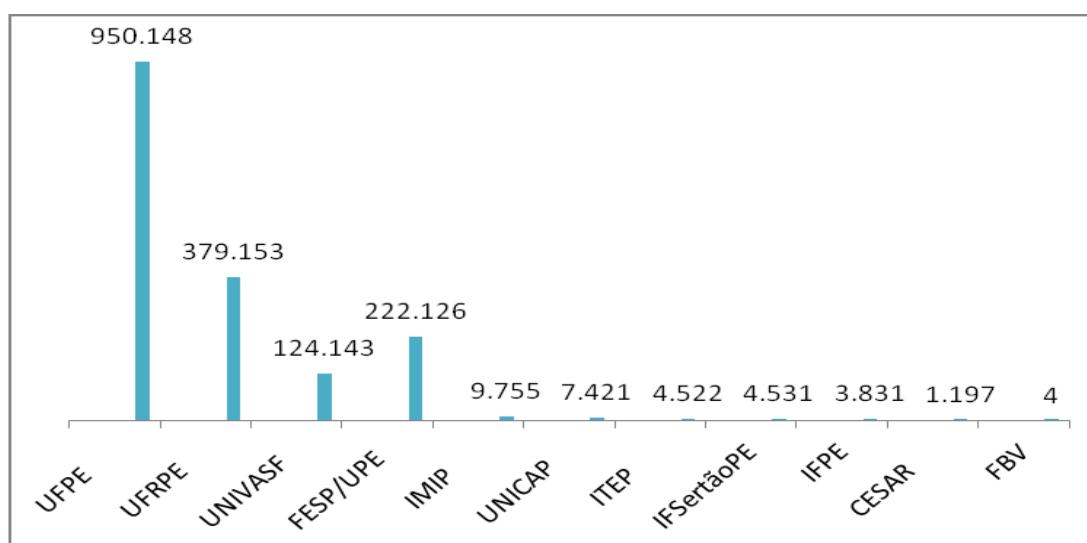


Gráfico 4 - Acessos ao Portal de Periódicos no Estado de Pernambuco em milhares de acessos Filtro Ano: 2011

FONTE:

GEOCAPES

Como se pode ver no Gráfico 4, a UFPE tem se mantido na primeira posição no número de acessos, seguida pela UFRPE. Além da disponibilização de acesso ao Portal para as instituições credenciadas em Pernambuco, algumas ações complementares foram desenvolvidas visando ampliar e intensificar o uso do Portal, dentre elas, Programa de Formação de Multiplicadores do Portal de Periódicos o Pró-Multiplicar, instituído pela Capes e realizado no Estado em outubro de 2008. Esse programa volta-se para mestrandos e doutorandos, bolsistas da Capes, e é realizado em parceria com as pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das instituições participantes.

Os alunos inscritos recebem capacitação sobre a utilização dos recursos disponíveis e atuam como multiplicadores dessas informações nas suas universidades. Também no mesmo período foi disponibilizado o acesso remoto ao Portal para toda comunidade acadêmica a ele vinculada, o que representa um avanço extraordinário no sentido de ampliar e facilitar o acesso aos conteúdos que podem ocorrer em qualquer lugar, mediante *login* e senha, fornecidos pelas instituições credenciadas.

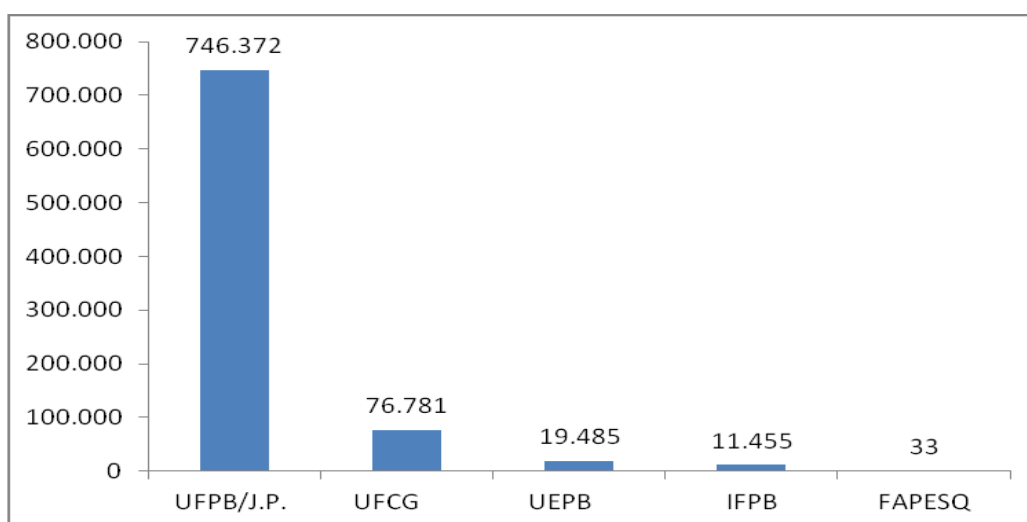


Gráfico 5 - **Acessos ao Portal de Periódicos no Estado da Paraíba em milhares de acessos | Filtro Ano: 2011**

FONTE: GEOCAPES

Sem qualquer intenção de comparação verifica-se no Gráfico 5 que o número de acessos na Paraíba aproxima-se de um terço do Estado vizinho. Além de haver somente 5 instituições utilizando o Portal. Ainda que a quantidade seja mínima, elas são todas instituições públicas. A razão pode estar em que as

instituições de ensino privadas ainda não despertaram para a pesquisa e a oferecer cursos de pós-graduação, conseqüentemente ainda não utilizam maciçamente periódicos científicos e bases de dados. Além disso, a Capes realizou capacitação no Estado, em 2011 e a UFPB está dedicada a capacitar multiplicadores. Tanto que em 2012, a partir da aprovação do Programa Jovens Talentos, todos os alunos iniciantes na graduação e vinculados a Grupos de Pesquisa estão sendo capacitados, para junto aos pesquisadores promover acessos ao Portal de Periódicos e ajudá-los em seus levantamentos bibliográficos. Possivelmente isso ampliará o número de acessos na UFPB, e a inclusão de uma política pró-ativa, para que as demais instituições ampliem suas pesquisas e assim também o uso as várias bases que o Portal disponibiliza.

Em Pernambuco, inicialmente, três instituições foram credenciadas para utilização do Portal: a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade de Pernambuco (FESP/UPE). Hoje, são onze instituições que utilizam o Portal no Estado. Na Tabela 1 são apresentadas todas as instituições e seus respectivos acessos em 2011. É de se esperar que isso também ocorra na Paraíba, e que ao aumentar os acessos também se possam prever cursos de Pós-Graduação com conceitos mais elevados a exemplo dos Estados em que isso ocorre. Como se pode deduzir da análise dos dados da Tabela 1, também a UFPE iniciou com um número diminuto de instituições e a partir das ações do Pró-Multiplicar evoluiu para o primeiro lugar na Região Nordeste. Espera-se que isso também ocorra na Paraíba.

No que condiz às bases referenciais e de texto completo também a UFPE se mantém na primeira posição no número de acessos, seguida pela UFRPE. A Tabela 1 demonstra a evolução desses números nas instituições para o período 2001 a 2011, verificando-se quantidade expressiva no primeiro ano. Esse período coincide também com alguns eventos que aconteceram no Estado, visando ampliar o uso do Portal, dentre eles o Pró-Multiplicar, Programa de Formação de Multiplicadores do Portal de Periódicos instituído pela Capes.

Tabela 1 - Número de acessos das Instituições de Pernambuco, 2011

IES	BASE REFENCIAL	TEXTO COMPLETO	TOTAL
UFPE	393.020	557.128	950.148
UFRPE	255.206	123.947	379.153
UNIVASF	98.909	25.234	124.143
FESP/UPE	80.748	141.378	222.126
IMIP	4.994	4.761	9.755
UNICAP	4.542	2.879	7.421
ITEP	2.911	1.611	4.522
IFSertãoPE	2.478	2.053	4.531
IFPE	1.856	1.975	3.831
CESAR	341	856	1.197
FBV	0	4	4
	845.005	861.826	1.706.831

FONTE: GEOCAPES, 2011

Como antes citado, são os alunos inscritos em mestrado e doutorado a participarem da capacitação, aprendendo a utilizar os recursos do Portal que passam a atuar como multiplicadores dessas informações nas suas universidades. Também, em outubro de 2008, disponibiliza-se o acesso remoto ao Portal para toda comunidade acadêmica a ele vinculada, o que representa um avanço extraordinário no sentido de ampliar e facilitar o acesso ao Portal já que pode ser feito de qualquer lugar mediante *login* e senha fornecida pelas instituições credenciadas.

Outro ponto que culminou com o crescimento do número de acessos de uma forma geral, foi o investimento por parte da Capes, não apenas na divulgação e treinamento, mas na melhoria da infraestrutura da plataforma. A página do Portal recebeu uma nova interface em 2010 que permite buscas integradas nas bases, local para armazenamento dos resultados, bem como outras ferramentas, as mudanças seguiram de acordo com certos critérios de usabilidade e algumas das diretrizes de acessibilidade. A usabilidade de página Web está relacionada com a facilidade de aprendizado e uso da interface, bem como a satisfação do usuário em decorrência desse uso (NIELSEN; LORANGER, 2007). A NBR 9241-11 (2002) conceitua a usabilidade como a “medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso”.

A acessibilidade não pode ser confundida com acesso, acesso é disponibilizar informação, porém a informação pode estar disponível, mas não acessível para todos, no entanto ela deve estar acessível a todos os indivíduos independentes de suas limitações. A página do portal melhorou nesses quesitos tanto teve um salto no número de acessos em 2011, esse percentual maior pode ser associado a essas mudanças, vide Gráfico 6. No entanto, é preciso melhorias ainda em aspectos tanto de usabilidade quanto de acessibilidade, conforme indicam Siebra e Santana e Silveira (2011).

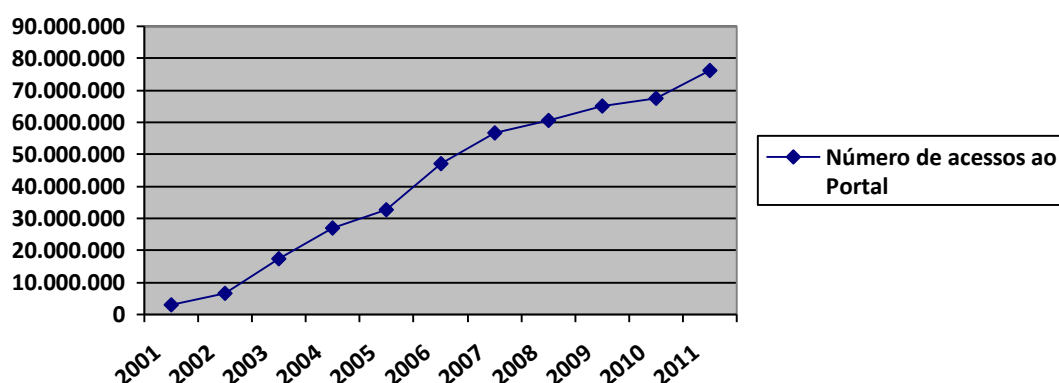


Gráfico 6 - Acessos ao Portal de Periódicos da Capes em milhares de acessos

FONTE: GEOCAPES

Percebe-se através do Gráfico 6, a evolução de uso do Portal da Capes já em sua fase de maturação no período entre 2008 e 2010, uma vez que o nível de crescimento passou a uma taxa padrão, com crescimento de 7,25%, 7,12% e 3,63% nos anos de 2008, 2009 e 2010, respectivamente em relação ao ano anterior. Todavia, em 2011 houve um incremento de 13,27% no número de acessos em relação ao ano de 2010, o que corrobora que a nova interface ocasionou resultados positivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo as políticas públicas, como diretrizes estabelecidas para solucionar problemas públicos, observamos que o Portal de Periódicos da Capes, é de grande importância para os pesquisadores brasileiros, uma vez que, oferece uma resposta à questão da disseminação do conhecimento científico,

através do acesso às informações científicas nacionais e internacionais de alto nível.

O Portal está disponível para consulta e uso desde 2000. Ao longo dos anos agrega significativas melhorias em sua estrutura e abrangência, como o incremento de novos periódicos, novas bases de dados, além de uma interface que contempla diversas possibilidades de buscas, tornando os serviços oferecidos mais ágeis e abrangentes. A partir dele, as coleções impressas de periódicos foram suspensas nas instituições por todo o país, porquanto optaram a favor do acesso ao invés do pertencimento.

Um olhar detalhado a respeito das políticas públicas no Brasil, em qualquer segmento e nível, independente da área de C&T, detecta a descontinuidade das mesmas. O rompimento das políticas é preocupação para aqueles que por ela são servidos e não seria diferente com o Portal de Periódicos. O alerta dado por este texto é no sentido de que a construção da futura agenda política permita que os serviços do Portal continuem a se ampliar, seja em quantidade de títulos disponíveis, seja em qualidade do serviço.

Portanto, deve existir um intenso e ininterrupto trabalho no sentido de modernização da plataforma, pelo acréscimo de conteúdos, em consonância com os requisitos de usabilidade e acessibilidade que evoluíram, mas que necessitam continuar a evoluir para atender aos requisitos apontados pela literatura e que a prática requer. Isso transformará o Portal de Periódicos da Capes numa ferramenta de fácil uso, de referência entre a comunidade de ciência e tecnologia, em todas as regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. C. E. *O Portal de Periódicos da Capes: estudo sobre a sua evolução e utilização*. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1746> Acesso em: 31 out. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9241-11:

Requisitos Ergonômicos para Trabalho de Escritórios com Computadores Parte 11 – Orientações sobre Usabilidade. Rio de Janeiro, 2002.

CAPES. Disponível em:

<<http://www.gpeari.mctes.pt/index.php?idc=21&idi=437138>>. Acesso em 13 dez. 2011.

_____. Geocapes. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/2961->>. Acesso em: 13 dez. 2011.

CRISTÓVAM, J. S. da S. *Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional*. 2005. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7254>>. Acesso em 14 de jul. 2010.

DIAS, Claudia A. *Usabilidade na web: criando portais mais acessíveis*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

FERNANDES, A. S. A. Políticas públicas: definição evolução e o caso brasileiro na política social. In.: DANTAS, H.; MARTINS JUNIOR, José Paulo (orgs). *Introdução à política brasileira*, São Paulo. Paulus. 2007. Disponível em:

<http://serv01.informacao.andi.org.br/b6d71ce_114f59a64cd_-7fcc.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2012.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, jun. 2000. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>.

Acesso em 20 de dez. 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes* [online], v. 21, nº 55, Nov. 2001, p. 30-41. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em 11 de dez. 2011.

LE COADIC, Y. F. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LOPES, J. L. *Ciência e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997.

MARIN FILHO, C. J. *Concepção de políticas públicas: definição, viabilização e execução*. 2005. Disponível em:

<<http://www.urisan.tche.br/~cursoplanodiretor/material/marin/cap1.pdf>>.

Acesso em 11 de dez. 2011.

MEIRELLES, R. F.; MACHADO, R. das N. A funcionalidade e o desempenho do Portal de Periódicos Capes entre pesquisadores das áreas de comunicação e ciência da

informação da Universidade Federal da Bahia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 3, p. 54-64, set./dez. 2007. Disponível em:

<<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/147/16>>. Acesso em: 13 de abr. 2010.

NIELSEN, J.; LORANGER, Hoa. *Usabilidade na web*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ODDONE, N.; MEIRELLES, R. O portal de periódicos Capes e os indicadores de desempenho da informação eletrônica. *DataGramaZero*. v. 7, n. 3, jun.2006. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/jun06/Art_02.htm>. Acesso em: 28 mar. 2010.

OLIVEIRA FILHO, E. C. *Portal de Periódicos da Capes: evolução*. 2010. Disponível em: <http://www.slidefinder.net/P/Portal_Perio%C3%B3dicos_CAPES_Evolu%C3%A7%C3%A3o_Bras%C3%ADlia/30917508> Acesso em: 27 mar. 2011.

SANTANA, Vagner F. de; ALMEIDA, Leonelo D. A.; BARANAUSKAS, M. Cecília C. Aprendendo sobre acessibilidade e construção de websites para todos. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v.16, n. 3, p.71-83, set/dez. 2008. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/45/39>>. Acesso em 15 de out. 2012.

SCHWARZELMÜLLER, A. R; GESTEIRA, I. A. L.; BULÇÃO, M. Políticas públicas de informação no Brasil: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (CINFORM), 5.,2004.Salvador. *Anais...* Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/ivannafried.html/>. Acesso em: 8 jan. de 2012.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS. *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008, 48 p. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf)>. Acesso em 05 de jan. 2012.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

SIEBRA, S. A.; SANTANA, J. F.; SILVEIRA, D. S. Analisando as questões de usabilidade e acessibilidade do Portal de Periódicos da Capes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. *Anais...* Brasília, 2011.

SILVA, G. A. C. da. *Direito ao Desenvolvimento*. São Paulo: Método, 2004

SOARES, G. A. D. O portal de periódicos Capes: dados e pensamentos. *Revista Brasileira de pós-graduação*, n. 1, jul. 2004. PP. 10-25. Disponível em:

<http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_1_jul2004_/10_25_o_portal_de_periodicos.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em 09 de jan. 2012.

TUDE, J. M. Conceitos gerais de políticas públicas. In.: _____; FERRO, D. dos S.;

SANTANA, F. P. **Políticas Públicas**: Curitiba: IESDE BRASIL, 2010. Disponível

em: <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>>. Acesso em

10/11/12>. Acesso em 12 de dez. 2011.